A crise económica e financeira de 2008 pôs a nu a fragilidade e as injustiças do modelo económico dominante. Nos países ditos desenvolvidos, a ideia de progresso material contínuo foi abandonada. Os "indignados" reivindicaram por "*uma outra economia, outra forma de produzir, consumir e distribuir*", exigiam que se substituísse a competição desenfreada pela cooperação, a criação de atividades criativas que lhes fizesse sentido individualmente, mas também coletivamente, queriam "*restaurar a capacidade de intervenção no seu próprio destino*" (Léna & Nascimento, 2012:10). Estas reivindicações e anseios não são novos, surgiram no fim do século passado perante a ineficácia de décadas de programas e políticas de desenvolvimento. Reivindicava-se o fim da era do desenvolvimento e início de outra livre da centralidade do crescimento económico, dos interesses geoestratégicos, capitalistas, patriarcais e colonialistas: a era do pós-desenvolvimento (Roque Amaro, 2017; Gudynas, 2017). O paradigma crítico questionava os alicerces do seu antecessor, reforçando a necessidade de se mudar os modelos de crescimento, de os subordinar aos dados sociais (Singer, 2004 e Santos, 2004b *cit in* Andrada, 2013:6). Neste sentido, começaram a ganhar força noções críticas que se constituem como alternativas ao paradigma hegemónico de desenvolvimento e, consequentemente, à homogeneização de culturas e aos modelos de produção e consumo do Norte Global (Kothari *et. al*., 2014).

Nascido dentro da '*belly of the beast'*, "*o projeto de uma sociedade autónoma e frugal captado pelo slogan do decrescimento*" constitui-se como um slogan político que pretende a renúncia ao objetivo do crescimento ilimitado (Latouche, 2011 :81). Este '*way down*' pode ser concretizado de várias formas, através de estratégias *top-down* a nível nacional, por estratégias *bottom-up* a nível comunitário, ou por sinergias entre abordagens. O foco do presente estudo serão as ações de criação de alternativas locais, com foco particular sobre práticas económicas de base, no âmbito do setor voluntário. No âmbito económico, social, ambiental, mas também político, o projeto de construção de sociedades autónomas e conviviais interliga-se com as práticas de Economia Solidária (ES). Dentro da ES, as cooperativas são, segundo Johanisova & Wolf (2012 *cit in* Johanisova *et. al.*, 2015), os empreendimentos mais adequados ao decrescimento por terem (i) regras de participação não transferíveis para outros, o que desencoraja abordagens de crescimento pelo crescimento e promove associações de longo prazo centradas no território, na comunidade e no ambiente; (ii) estruturas de gestão democráticas; e (iii) a ideia de que o dinheiro deve ser o 'servo' e não o 'amo', permitindo

que os objetivos da cooperativa sejam a continuidade da organização, a proteção dos postos de trabalho e a atenção aos problemas ambientais (ibid.).

Sob a ideia de que o Norte também pode sofrer com as suas mantras de progresso material contínuo, o presente estudo analisa cooperativas decrescentistas como alternativa ao modelo de desenvolvimento convencional, a partir do estudo de caso da Cooperativa Integral Minga (CIM), uma cooperativa multissetorial localizada em Montemor-o-Novo. Seguindo a crítica do Pós-Desenvolvimento e, seguidamente, da teoria do Decrescimento, o objetivo é perceber como esta experiência funciona em Portugal através de ferramentas de apropriação como o restabelecimento da democracia, a relocalização económica e a mudança voluntária de comportamentos e valores.